



Workshop

CONCEITUAÇÃO SOBRE ESTIGMA, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO



**RESPONDENDO AO
ESTIGMA AO HIV NO BRASIL**



ABIA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
INTERDISCIPLINAR DE AÍDS

APRESENTAÇÃO

Esta publicação forma parte do conjunto de materiais a serem produzidos pela ABIA no marco do Projeto “Respondendo ao Estigma ao HIV/AIDS no Brasil” que tem como público-alvo ativistas, gestores, pesquisadores, profissionais de saúde e demais interessados.

Preconceitos e ações discriminatórias sobre pessoas e grupos ampliam a vulnerabilidade para HIV e outros agravos de saúde. As conferências internacionais de AIDS apontam a persistência do estigma relacionado ao HIV como o maior obstáculo ao tratamento e prevenção. Sendo assim, é urgente ampliar ações de resposta ao estigma, dentro do marco dos Direitos Humanos. O projeto visa somar-se a uma série de outras respostas ao estigma, através da realização de um conjunto de ações de capacitação e mobilização, além da produção de materiais didáticos e de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre o tema. As atividades serão realizadas junto com entidades parceiras do SUS e da sociedade civil organizada. Nas atividades didáticas de capacitação, serão abordados aspectos conceituais, discriminações e preconceitos que favorecem a vulnerabilidade e como a promoção dos direitos humanos pode ser um caminho para responder ao estigma.

O objetivo do projeto é promover um trabalho intersetorial e interdisciplinar, envolvendo a sociedade civil, o sistema de saúde público e a academia com a participação ativa de usuários e gestores.

Esta primeira oficina, de seis previstas a serem realizadas, foi realizada no dia 08 de abril de 2021 e ministrada por Richard Parker, diretor-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) sob o título “Conceituação sobre Estigma, Preconceitos e Discriminação” e abordou aspectos que envolvem o estigma, a discriminação e o preconceito em relação às pessoas que vivem com HIV/AIDS e as comunidades e populações vistas como vulneráveis frente a epidemia.

“A ideia é trazer os avanços que têm sido feitos na análise do estigma como parte da resposta ao HIV e à AIDS, e fornecer uma visão geral das abordagens mais importantes para essas questões que foram desenvolvidas ao longo da história da epidemia”, reforça o diretor-presidente.

Dentro do marco do projeto estão previstas a realização de outras oficinas e até dezembro a ABIA vai divulgar mais cinco capacitações onde também serão abordados aspectos conceituais e discriminações e preconceitos que favorecem a vulnerabilidade e a promoção dos direitos humanos como um caminho para responder ao estigma.

As próximas capacitações previstas são:

OFICINA 2: SAÚDE PÚBLICA X DIREITOS HUMANOS;

OFICINA 3: SEXUALIDADE;

OFICINA 4: RACISMO;

OFICINA 5: O PAPEL DAS RELIGIÕES;

OFICINA 6: OS ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DO ESTIGMA.

ESTIGMA, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO

Com o propósito de apresentar alguns pressupostos para o enfrentamento das desigualdades sociais e a busca pela justiça social e direitos humanos numa correlação entre o HIV e a COVID-19, dividimos o conteúdo em três momentos:

1. Repensando estigma, preconceito e discriminação no contexto da epidemia de HIV/AIDS;
2. Lições aprendidas ao longo da resposta frente à AIDS no Brasil;
3. A necessidade (e a insuficiência) dos direitos humanos e a importância de um 'projeto político' para o enfrentamento de estigma, preconceito e discriminação.

O estigma e preconceito são dimensões de um mesmo problema que, cada vez mais, exige que as mesmas sejam pensadas juntas. Isso porque ambas oprimem, rotulam, categorizam e excluem “indivíduos através das hierarquizações sociais dentro do HIV/AIDS e em outros contextos também”. Logo, se estigma e discriminação são mecanismos de desarranjo

social (opressão) foi-se necessário – principalmente no âmbito da epidemia de HIV/AIDS e que podem ajudar no contexto de COVID-19 – criar resistências para seu enfrentamento.

Esse tipo de hierarquia social, que separa indivíduos em estigmatizados e não estigmatizados, segundo Parker, está ligado à exclusão social (principalmente no contexto do HIV/AIDS), mas também pela vinculação que o conceito tem com o Poder e a Cultura que a sustentam. E para contemporizar, Richard Parker levantou alguns pontos de atenção anteriormente já trabalhados como diagnósticos do que um dia já deu certo e precisa ser recuperado para os desafios dos novos tempos. Tais como:

INTERVENÇÕES CULTURAIS (O IMAGINÁRIO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE VALORES)

“A saúde pública fala de intervenções como algo técnico, educacional, para a promoção da saúde. No enfrentamento do estigma e discriminação no contexto do HIV/AIDS as dimensões culturais foram importantes também. Alterar o imaginário social dominante e contrapor esse imaginário é pensar na categoria

de solidariedade e como ela foi pensada enquanto defesa às opressões de estigma e discriminação na epidemia de HIV/AIDS, como Betinho fez.

No começo da AIDS ela era vista como, inevitavelmente, fatal. Ter AIDS era a preocupação de todos e o movimento de HIV/AIDS, no final dos anos 80, buscou contrapor isso mostrando ser possível viver com AIDS através das intervenções culturais.

Dessa forma, a construção de novos valores - alternativos, sobretudo - foi fundamental para que houvesse resistência e novos caminhos a partir de um conjunto de ações frente ao estigma e a discriminação”.

INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS (PROTEÇÕES LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS)

“São um conjunto de intervenções em políticas públicas, jurídicas e outros dispositivos legais no mundo, elaborados para proteger as pessoas e evitar que elas sofram estigma e discriminação. O Brasil foi uma das lideranças mundiais no início da epidemia de AIDS, pelo menos em suas primeiras décadas.

Nas décadas mais recentes, especialmente na última década da epidemia, a prática das intervenções estruturais no Brasil não foi exatamente esquecida, mas não é trabalhada com a mesma ênfase de outras épocas”.

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

“Acordos e ações legais em que o Brasil teve importantes participações e conseguiu se destacar pelas decisões tomadas em prol dos mais estigmatizados. As organizações não governamentais (ONGs) foram pioneiras nesse sentido, como o GAPA-SP, nos anos 80, o Grupo Pela Vidda-RJ e de outras cidades, por exemplo.

Todas tiveram um papel pioneiro, pois ofereceram e permitiram um apoio jurídico contra a discriminação por causa da epidemia de HIV ou por serem vistas como pessoas em potencial risco de contraírem HIV, pelas vulnerabilidades sociais”.

MOBILIZAÇÃO COLETIVA

“Foi o grande objetivo de todos os tipos de intervenções. O movimento de HIV/AIDS em sinergia com outros atores afetados pela opressão social como os de LGBT, negros, feministas, aborto etc. no Brasil teve muita sorte em construir alianças.

A ideia era ter um movimento de AIDS multicultural e multi-identitário para enfrentar as opressões. Uma coalizão positiva contra as dimensões da epidemia”.

DESCONSTRUINDO O ESTIGMA

A noção de Solidariedade, por exemplo, como princípio ético começou a se juntar com Direitos Humanos a partir de Herbert de Souza, o Betinho. Esse, inclusive, foi o momento de politização da AIDS.

Um dos elementos de grande sucesso nas quatro décadas da epidemia se deu quando grandes atos e passeatas começaram a tomar as ruas, com pessoas e ativistas do movimento exigindo direitos e políticas públicas. Contudo, apesar de muitas conquistas – em 40 anos de epidemia de HIV/AIDS – a compreensão política deve estar atenta para velhos estigmas que demos por superado e voltaram nesse momento em que o HIV/AIDS cruza-se com a COVID-19.

Solidariedade, Direitos Humanos e Cidadania foram os princípios éticos chaves dessa desconstrução. No Brasil, coincidentemente, quando esses pilares começaram a ser instrumentalizados pelos movimentos sociais foi justamente no período de redemocratização da sociedade brasileira, após os anos de regime militar, que permitiu ao movimento de AIDS enfrentar a epidemia simbolicamente e estruturalmente poderosa.

RESPONDENDO ÀS PERGUNTAS

Com uma audiência qualificada e significativa, em torno de 200 pessoas, diversas perguntas, comentários e questionamentos foram suscitados a

partir das ponderações realizadas por Richard Parker em sua apresentação. De forma geral, reunimos abaixo algumas das intervenções:

Pergunta - *“Queria que comentasse as dimensões sociais da AIDS”*

“Lutar contra isso num mundo onde, hoje, estigma e discriminação são valorizadas por algumas é muito mais difícil, como ativista de AIDS, do que foi nos anos 80 e 90. Há pessoas que usam suas ideologias para serem abertamente fascistas, racistas, opressivas e eu nem preciso enumerar os exemplos porque você conhece todos eles. Solidariedade saiu de moda na última década, assim como a democracia. Hoje vivemos um tempo no Brasil onde se pede a ruptura da democracia. Não sabemos até onde vai.

Na minha visão estamos lidando com questões políticas e ela tem dois lados. Não haverá hegemonia total. Terá valores que não serão de todas as pessoas como cidadania, diversidade e direitos humanos. Eu nunca vi uma dificuldade tão grande para enfrentar estigma e discriminação como hoje”.

Pergunta – *“Porque a manifestação do sexo e sexualidade trazem ao HIV/AIDS, como doença crônica assim classificada na medicina, uma potencialização sobre esta patologia tão difícil de ser revertida na relação civil/social?”*

“No início da epidemia de AIDS isso era um assunto mal visto e que deveria ter sido deixado dentro de casa, entre quatro paredes. Mas quando escapam às fronteiras que limitam a esfera privada

acaba causando uma comoção. Como homens gays foram alvos o número de pessoas com sexualidade não assumidas publicamente foram “desmascaradas” pela AIDS. E isso foi um campo de grande controvérsia e batalhas. Esse caráter fez da AIDS um campo de batalha nos primeiros tempos. Por exemplo, tem estigma e discriminação relacionado ao COVID-19, mas não é por conta da sexualidade”.

Pergunta – *“Qual o papel da ciência no HIV?”*

“A ciência é uma fonte de esperança, mas também pode ser utilizada para fins não democráticos. O passaporte de COVID-19 é um exemplo de como utilizar as pessoas como ‘gado’ para deixar umas passarem e outras não. Devemos ter uma reflexão crítica e política sobre a ciência. É um aliado de todo movimento que milita promovendo a saúde. Mas é importante ver as limitações de suas práticas. Pensa sobre todas as pesquisas feitas contra métodos de tratamento e prevenção sobre HIV e que só coloca um tipo de pessoas dentro da inclusão de seus estudos e deixa outras tantas fora”.

Pergunta – *“Qual a sinergia entre Direitos Humanos e mecanismos legais entre estigma e pessoas vivendo com HIV/AIDS?”*

“Me parece mais difícil nesse momento que estamos vivendo por conta dessas questões que estamos analisando aqui. Seria prioritário retomar. Não tenho receita de como trabalhar nesse campo, mas o movimento de AIDS é tão

fragilizado que não sabemos responder e nos organizar para isso. Estamos precisando de gente disposta a arregaçar as mangas e trabalhar ativamente com isso. Mas como aglutina uma massa crítica nesse momento? É minha angústia”.

Pergunta – *“Como fica a questão do sigilo das pessoas com HIV num momento em que se divulga nome e CPF das pessoas para vacinação?”*

“Nós estamos terminando uma publicação oriunda da live de vacinas que a ABIA fez e que tem considerações super importantes. Tem lições da AIDS e para acesso de vacinas aos países mais pobres que é uma tragédia nos procedimentos de vacinação. Acho isso uma área onde precisa ter monitoramento de políticas públicas e na COVID-19 não tem algo construído para isso como na AIDS. É super difícil conciliar isso com o momento”.



ABIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
INTERDISCIPLINAR DE AIDS